

## A experiência das Ciências Humanas – uma inovação antes da Revolução de Abril

Raquel Pereira Henriques  
*Universidade Nova de Lisboa*

Em 1972, em pleno Marcelismo e dois anos depois da morte de Oliveira Salazar, uma “primavera” acontecia na educação em Portugal.

A última reforma educativa do Estado Novo, preconizada por José Veiga Simão, foi pautada por algumas inovações claramente progressistas, que tiveram continuidade mesmo depois da revolução de 1974 (Stoer, 1986; Fonseca, 2003; Proença, 2004; Henriques, 2010). No seu discurso de tomada de posse, a 15 de janeiro de 1970, o novo ministro da Educação Nacional tornou claro que se assumia como um renovador, para quem a educação era um veículo democratizante, único meio para alcançar uma maior justiça social e contribuir para o progresso económico. A “batalha da educação” que pretendia levar a cabo, para dar a todos uma “igualdade de oportunidades, independentemente das condições sociais e económicas de cada um” (discurso de 10 de Junho de 1970, p. 50), representava um raciocínio contrário aos mais conservadores, embora em muitos aspetos se possa ler na continuidade de um outro ministro da Educação, Francisco de Paula Leite Pinto. Se para Leite Pinto “[o] saber ler, escrever e contar não basta hoje a ninguém, nem àquele que passa grande parte do dia, ou mesmo todo o dia, isolado, a guardar gado” (1961, Volume I, p. 32), Veiga Simão viria a reforçar esta posição dizendo, em 1973, que “Um Povo mais culto é sempre um povo mais livre” (1973, p. 104). A 6 de janeiro de 1971 tornou públicos dois documentos: *Projeto do Sistema Escolar Português e Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*, pretendendo reformar toda a arquitetura escolar portuguesa. Oficializou dois anos de educação pré-escolar e, por Despacho de 9 de agosto de 1972 procedeu ao lançamento experimental da escolaridade obrigatória de oito anos, quatro de ensino primário e quatro de ensino “secundário unificado”, criando novos programas.

O aumento da escolaridade obrigatória de seis para oito anos implicava um acrescento de duas classes às seis já existentes: eram os 3º e 4º anos do primeiro ciclo do ensino secundário. Esta experiência, conhecida também como “experiência pedagógica do 3º ano”, decorreria em três turmas de cada uma das 21 escolas preparatórias que voluntariamente aderiram ao projeto. Foram chamados a colaborar nessa experiência professores de vários níveis de escolaridade e com diversas formações científicas e pedagógicas e haveria repercussões significativas nos conteúdos dos programas mas, também, nas metodologias (ver Veiga Simão, 1979, pp. 6-7).

Cada turma teria, no máximo, 25 alunos e podiam ser “mistas”, o que era outra novidade (Despacho de 9 de agosto, 1972). Estavam previstas também reuniões semanais a nível de escola e reuniões mensais, por disciplina, com todos os professores envolvidos na experiência em Coimbra, no Porto e em Lisboa. Os professores deveriam também “elaborar um relatório dos trabalhos realizados, dificuldades encontradas e sugestões para as resolver” (Despacho de 9 de agosto, 1972, p. 201).

O recrutamento dos alunos era também voluntário, depois de autorização dos encarregados de educação que eram previamente informados da natureza, duração e características da experiência.

O 3º e o 4º ano eram, portanto, experimentais e correspondiam ao que é hoje o 7º ano e o 8º ano de escolaridade. Eram uma forma de prolongar a escolaridade obrigatória, mas, para além deste motivo, havia um outro, o de unir saberes com proximidades entre si, na continuidade do que já se tinha verificado com a disciplina de História e Geografia de Portugal. Havia várias disciplinas envolvidas na experiência: Português, uma “língua estrangeira” (Francês ou ainda Inglês que era opcional), Matemática mas, também, outras disciplinas cuja designação refletia, por si só, uma preocupação maior com a feição globalizante da educação, como era o caso das Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical, Trabalhos Oficiais. O elenco disciplinar não previa, inicialmente, a Educação Moral e Religiosa, mas, por pressão dos sectores católicos, acabaria por ser incluída embora como facultativa.

Vejam-se alguns dos objetivos definidos para estes 3º e 4º anos experimentais:

- 1) Proporcionar aos alunos uma gama de experiências que lhes permita escolher a via escolar ou profissional que melhor se coadune com as suas propensões;
- 2) Fomentar nos alunos, numa perspetiva de educação permanente, atitudes, capacidades e informações constitutivas de um apetrechamento motor, mental e cultural de base, suscetível de servir: – os estudos escolares de continuação; – a formação profissional no limiar do emprego; – a utilização adequada do tempo livre.
- 3) Capacitar os alunos para o domínio da informação, ou seja, habilitá-los: – a interpretar, criticar e organizar pessoalmente a informação que lhes é fornecida; – a procurar, selecionar, tratar e criar a informação necessária a qualquer tarefa escolar, profissional, social, etc.
- 4) Proporcionar aos alunos uma visão global do mundo e dos homens, considerando-os não só em si mesmos como nas suas relações recíprocas.
- 5) Fomentar nos alunos a compreensão do valor da ciência, em si própria, e das técnicas que dela podem resultar. (...)” (*Programas. A ensaiar ao abrigo do Decreto-Lei 47:587, de 10.03.1967. 1º Ano após o actual 1º Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, 1972, pp. 12-13.*)

Atendia-se à necessidade de poder escolher o percurso académico e profissional, espelhava-se uma preocupação com a necessidade de informar os alunos, reafirmava-se a importância de trabalhar em grupo como metodologia essencial para desenvolver o espírito de cooperação, o espírito científico e crítico, a criatividade, a responsabilidade social e apelava-se a uma consciencialização de carácter humanista e universalista, que fomentasse a tolerância para com o outro. Esta última proposta foi de tal modo incómoda para algumas pessoas, que muitos foram aqueles que publicamente vieram contestá-la, sobretudo os conteúdos de Ciências Humanas.

Ciências Humanas era uma disciplina nova neste contexto reformista e que se organizava em torno de quatro eixos temáticos principais (para o 3º e o 4º ano): A Terra, Os Homens, As Economias, As Sociedades Humanas. O eixo intitulado “Os Homens” aparecia organizado em “Grandes grupos humanos” (étnicos, linguísticos e religiosos) e “A distribuição mundial da população”. Pela primeira vez, se referiam as culturas banta, sudanesa, indiana, chinesa, árabe e o cristianismo aparecia ao lado do islamismo, do budismo, do hinduísmo e do xintoísmo. No eixo designado como As Economias o intercâmbio técnico e cultural de diversas civilizações que se relacionavam ultrapassava em muito

a importância dada aos aspetos comerciais tradicionalmente mais referidos. Os temas apresentados intitulavam-se deste modo: “As grandes áreas económicas”, “Os campos e as cidades”, “A industrialização” e “Os transportes e as comunicações”, evidenciando uma análise das zonas rurais e dos centros urbanos que se fazia confrontando com a atualidade, perdendo o campo o lugar mítico que ganhara durante décadas. No eixo intitulado “As sociedades humanas” abordavam-se temas relativos a “O trabalho”, “A saúde”, “A educação”, “O lazer”, “A cultura”, abordando-se temas como “a humanização das condições de trabalho: higiene e segurança profissional” ou “a educação como fator do desenvolvimento pessoal e coletivo”. Terminava-se este 4º ano com duas propostas muito significativas e, no contexto, muito diferentes do habitual: “Reflexão feita pela turma, a partir de temas abordados neste ou noutro programa, sobre algum ou alguns dos mais importantes problemas enfrentados pela humanidade de hoje” e “Metas a alcançar pela comunidade local e regional a que pertence a escola, no sentido do seu desenvolvimento económico, social e cultural”, para além de um “Inquérito realizado pela turma sobre as características da comunidade local” e, por último, a “Definição pela turma das metas a alcançar”.

Quanto a metodologias de trabalho propostas, se o trabalho de grupo já tinha aparecido em 1968 como uma metodologia importante para utilizar na escolaridade preparatória, agora em 1972 era tida como fundamental, não só para desenvolver o espírito de cooperação entre os alunos como, também, para permitir-lhes a livre expressão e estimular neles a criatividade. Solicitava-se também ao professor que promovesse a participação dos alunos, trabalhasse por projetos temáticos multidisciplinares, projetos que deveriam ter em conta as características da escola e, obviamente também, as necessidades dos alunos de cada turma, numa primeira tentativa de diferenciar métodos e, conseqüentemente, processos de avaliação. Todas as atividades programadas e realizadas pelos alunos deveriam ter em consideração a necessidade de compreender a realidade social. Esses trabalhos poderiam assumir várias formas: “breves resenhas orais ou escritas” ou ainda “criações figurativas” (*Programas. A ensaiar ao abrigo do Decreto-Lei 47:587, de 10.03.1967...*, 1972, p. 138) mas os trabalhos para casa deveriam ser muito reduzidos, em prol do trabalho na aula, preferencialmente em grupo, com vista a “estimular a iniciativa e a imaginação, a capacidade de utilizar instrumentos de trabalho intelectual, de comparar, classificar e interpretar factos e documentos” (*Idem*, p. 139).

Recomendavam-se visitas, excursões de estudo do meio, registo de observações, recolha de materiais. O professor deveria fornecer “elementos de observação indireta: textos e documentos, mapas, fotografias e outras reproduções, diapositivos e filmes, postais ilustrados, desenhos e modelações, quadros estatísticos, diagramas, registos gravados, revistas e jornais, emissões de rádio e de televisão, etc. – índices ou sinais do comportamento social e cultural dos homens” (*Idem*, p. 138). O professor deveria, na verdade, utilizar os recursos disponíveis a nível local, importante contributo para envolver educadores e alunos e para concretizar experiências de aprendizagem (Hunner, 2011).

Esta linguagem era obviamente há muito conhecida dos professores, mas aparecer explicitamente definida num programa e nas suas recomendações, ainda que camuflada sob o manto da experimentação, era o mesmo que operar uma verdadeira rutura com as décadas anteriores. Além de tudo o mais, foi a primeira vez em que um programa não era prescritivo: os tópicos do programa não eram todos obrigatórios e o professor tinha a liberdade de optar por temas que possibilitassem o conhecimento da realidade física e social do meio local e que se adaptassem também ao tipo de alunos de cada turma e, particularmente, aos interesses e ritmos individuais dos diferentes alunos que a compunham. Considerou-se que o programa deveria ser lecionado em 2/3 dos tempos letivos

disponíveis, para que os restantes fossem utilizados em revisões, trabalhos, aprofundamento de temas. Explicava-se que em vez do aluno aprender a memorizar era sobretudo fundamental que aprendesse a situar, a explicar, a consultar. Afirmou-se algo que só depois do 25 de Abril de 1974 se iria ardentemente reivindicar: cada aluno tinha a liberdade de errar e, também, de encontrar por si mesmo ou orientado, a correção do erro.

A reação dos mais conservadores foi violenta (ver *Novidades*, 23.12.1972), referindo que Ciências Humanas tinha uma raiz marxista, anárquica, que bania sábios, santos e heróis (p. 3). Naquele jornal colocava-se em dúvida que os encarregados de educação tivessem sido devidamente esclarecidos quanto aos aspetos formativos da disciplina, já que tiveram de autorizar a participação dos seus educandos na experiência que agora se iniciava. Considerava-a a “disciplina curricular mais perigosa” (23.12.1972, p. 3), que privilegiava até autores da oposição. Por fim foi arduamente criticado o facto de África aparecer no programa como uma “África negra” e do branco poder ser entendido como aquele que se imiscuiu num território de outros, acusando os autores do programa de estar de acordo com os movimentos terroristas africanos (aparecendo a expressão “terrorista”, nunca a de “independentista”). Contrariava-se não ser a expansão portuguesa mais destacada que a espanhola ou a francesa e punham-se em causa as metodologias referenciadas: “aulas coloquiais... divisões em grupos de discussão... debate permanente... ensino ao sabor do capricho dos alunos... transformação do professor em mero modelador e registador de conclusões” (27.12.1972, p. 2), considerando que eram uma porta aberta para a insurreição, a anarquia, a insegurança, a contestação.

A avaliação dos alunos era contínua e, pela primeira vez, declaradamente autorregulada e, também nisso, houve repercussões na avaliação instituída na escolaridade preparatória e unificada a partir do ano letivo de 1975-1976: os objetivos de trabalho eram definidos a partir de uma avaliação de diagnóstico e da construção de um patamar que se deveria alcançar. Regularmente o aluno e o encarregado de educação eram informados do rendimento do trabalho desenvolvido, das dificuldades que ainda existiam, daquelas que já tinham superado e de como se poderia proceder para atingir o tal patamar pretendido. Os intervenientes no processo participavam todos de igual modo porque havia fichas de autoavaliação mensais que o aluno preenchia, anotadas pelo professor e assinadas pelo encarregado de educação. Essas fichas de autoavaliação eram formativas e contavam com a participação em aula, a colaboração em grupo, o trabalho pessoal, as atitudes e, por fim, o conhecimento. Utilizava-se o “insuficiente”, o “fraco”, o “satisfaz”, o “bom”. Na última coluna o aluno descrevia o que considerava ser o seu conhecimento da matéria, onde tinha maiores dificuldades e o professor anotava a sua opinião e aconselhava, datando e rubricando.

O envolvimento de todos, professores, pais, alunos, autores de programas e ideólogos da reforma fez com que esta experiência tivesse tido muito eco e tivesse resultado numa proposta muito coesa. Quando tal não acontece, o sistema educativo pode ser “ingovernável” (Philippe Perrenoud, 2002, p. 37) mas a designação de “experimental” e, sobretudo, o carácter de voluntariado da reforma de Veiga Simão deu-lhe o benefício da dúvida e fez com que os professores sentissem que faziam parte do processo, coisa que não aconteceu noutras reformas após o 25 de Abril, que surgiram com um carácter mais impositivo.

## REFERÊNCIAS

*A Reforma do sistema educativo* (1973). Lisboa: Ministério da Educação Nacional/Secretaria-Geral de Divisão e Documentação.

- Despacho de 9 de agosto de 1972: Lançamento experimental da escolaridade obrigatória de oito anos com novos programas. In *Boletim Oficial – Suplemento* (outubro 1972). s.l. [Lisboa]: Ministério da Educação Nacional/Secretaria-Geral, 1, 201-203.
- Fonseca, M. M. V. (2003). *Educar herdeiros. Práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Henriques, R. P. (2010). *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar História (1947-1974)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Hunner, J. (2011). Historic Environment Education: Using Nearby History in Classrooms and Museums. *The Public Historian*, 33(1), 33-43.
- Novidades* (1972). 23, 24 e 27 de dezembro.
- Perrenoud, P. (2002). *A escola e a aprendizagem da democracia*. Porto: ASA Editores II, S.A.
- Pinto, F. P. L. (1961). *Discursos proferidos pelo Prof. Eng. Dr. Francisco de Paula Leite Pinto como Ministro da Educação Nacional de Julho de 1956 a Maio de 1961*. Lisboa: s.ed. [Dactilografado e Ciclostilado nos Serviços da Comissão de Estudos da Energia Nuclear do Instituto de Alta Cultura].
- Proença, M. C. (2004). A reforma educativa de Veiga Simão. In Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira (Coord), *A transição falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* (233-261). Lisboa: Editorial Notícias.
- Programas. A ensaiar ao abrigo do Decreto-Lei 47:587, de 10.03.1967. 1º Ano após o actual 1º Ciclo Preparatório do Ensino Secundário* (1972). Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- Ssimão, V. (s.d.). *Batalha da educação: discursos proferidos em 1970 pelo Ministro da Educação Nacional*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda.
- . (1979, abril). A educação está adiada... para começar em 1985. Entrevista in *O Jornal da educação*, 22 (ano II), 6-10.
- . (1973). *Educação...caminhos de liberdade*. [Lisboa]: CIREP.
- Stoer, S. R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal; 1970-1980, uma década de transição*. Porto: Edições Afrontamento.

••• ••• •••